



Ministério da Educação
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
Centro de Formação Continuada de Professores
Secretaria de Educação do Distrito Federal
Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação
Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

**A AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM
ORAL E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.**

GIORGIA EDRYSSSE PAIXÃO DE QUEIROZ

Profa. Orientadora Dra. Edileuza Fernandes da Silva
Tutora Orientadora Profa. Ma. Rose Meire da Silva e Oliveira

Brasília (DF), Dezembro de 2015.

Giorgia Edryse Paixão de Queiroz

**A AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM
ORAL E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Coordenação Escolar, sob orientação da Professora Orientadora Dra. Edileuza Fernandes e da Professora Tutora Orientadora Ma. Rose Meire da Silva e Oliveira.

TERMO DE APROVAÇÃO

Giorgia Edryse Paixão de Queiroz

A AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM ORAL E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica, pela seguinte banca examinadora:

Profa. Dra. Maria Alice Fernandes de Sousa - SEEDF
(Examinadora externa)

Profa. Dra. Edileuza Fernandes da Silva - FE/UNB
(Professora orientadora)

Profa. Ma. Rose Meire da Silva e Oliveira - SEEDF
(Tutora orientadora)

Brasília, 19 de dezembro de 2015.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às minhas filhas e ao meu marido.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade de adquirir novos conhecimentos, minha família pelo apoio e paciência, pelo eterno incentivo da minha mãe, às minhas colegas de trabalho, à orientadora Profa. Edileuza Fernandes da Silva e à tutora orientadora Rose Meire da Silva e Oliveira pelas orientações e ensinamentos durante toda a realização deste trabalho.

RESUMO

Esse estudo abordou o tema de avaliação na Educação Infantil e suas práticas avaliativas no desenvolvimento da linguagem oral e escrita. A pesquisa ocorreu em um espaço público, localizada em uma Região Administrativa do DF. O objetivo geral da pesquisa foi compreender como é realizada a avaliação do desenvolvimento da linguagem oral e escrita em uma turma do 2º período da Educação Infantil. O estudo baseou-se na abordagem qualitativa, por meio de estudo de caso, observação de aulas e da coordenação pedagógica e entrevista semiestruturada. Como aporte teórico para fundamentar a importância da avaliação na Educação Infantil, o estudo foi baseado nos autores Hoffmann, Ferreiro, Godoi e entre outros e nos documentos norteadores da Secretaria do Estado de Educação do Distrito Federal. Por meio da análise de dados coletados, foi possível perceber que a relação da teoria x prática educativa em sala de aula é fundamental para a compreensão da evolução da linguagem oral e escrita das crianças. Portanto, verificou-se que as escolhas das estratégias avaliativas propostas para os estudantes devem estimular a utilização da oralidade no cotidiano dos alunos, bem como priorizar um aprendizado significativo e real para a compreensão da importância da língua verbal na sua vida social e na formação de leitores críticos.

Palavras-chave: Educação Infantil; Avaliação; Linguagem oral e escrita.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	8
1.1. Uma atitude e um novo caminho a trilhar.	11
Capítulo 1- Metodologia: descobrir um caminho em busca da resposta.	16
Capítulo 2- Avaliação: qual é o sentido para a aprendizagem?	18
2.1. Avaliação na Educação Infantil: nos tempos atuais.	21
2.2. Aquisição da Linguagem verbal na Educação Infantil.	24
Capítulo 3- Avaliação na Educação Infantil: realidade e prática avaliativa.	28
Considerações Finais.	34
Referências.	36
Apêndices.	38

1. INTRODUÇÃO

Os estudos atuais sobre a qualidade social na educação, remetem ao tema avaliação educacional como uma forma de refletir diretamente sobre a nossa atuação pedagógica no ambiente escolar.

Hoffmann (2014) sinaliza que a transformação na prática avaliativa deve ser um ato consciente de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, sobretudo do professor que está em sala de aula, pois a ação de avaliar um educando é uma tarefa que exige responsabilidade e respeito, considerando a construção do conhecimento desse cidadão em formação.

Hoffmann (2014) declara que uma avaliação mediadora nos proporciona uma nova visão do ato de avaliar um aluno, ou seja, transforma a prática avaliativa que somente valoriza o resultado e passa a analisar todo o caminho percorrido do aprendizado dos nossos alunos, destacando a evolução do aprendiz e respeitando o tempo de cada sujeito. Sendo assim, o importante, no processo de aprendizagem, é o desenvolvimento integral e não somente o registro do resultado do desempenho de cada indivíduo.

Dentro desse novo paradigma, o ato de avaliar não se resume apenas na classificação dos alunos e, sim, em uma prática avaliativa que influencia diretamente na vida dos estudantes, incentivando a aplicação do conhecimento cultural no social. Freitas (2014) diz que a prática avaliativa precisa ser contextualizada no trabalho pedagógico realizado na escola. A relação do conteúdo com a da realidade do educando transforma o pensamento do sujeito, ou seja, influencia na formação de um cidadão emancipado, conhecedor de seu contexto social.

As diretrizes da avaliação educacional (2014) sinalizam que a organização do trabalho pedagógico realizado no ambiente escolar, deve promover práticas educativas com o perfil desafiador, no intuito de desenvolver o sentido crítico e participativo do educando. Portanto, o professor deve mediar e orientar seus alunos para a formação de sujeitos emancipados, no ato de resolver problemas do cotidiano.

Nessa circunstância, a mudança de postura do educador interfere na observação das ações avaliativas durante as atividades pedagógicas, pois a construção do conhecimento está inserida dentro de um contexto real e significativo para todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Dentro desse contexto de transformação na prática de avaliar, o papel da avaliação na Educação Infantil tem a finalidade de acompanhar a evolução da criança durante o aprendizado. Cabe ao professor utilizar a observação para verificar e mediar o desenvolvimento intelectual e social do educando pois, de acordo com Hoffmann (2015), o educador deve ter uma visão reflexiva e sensível para perceber o crescimento de cada sujeito.

Na educação infantil, faz-se necessário uma ação educativa que promova a participação ativa das crianças por meio do movimento, conversas dirigidas ou espontâneas, contar histórias, ações lúdicas, entre outras habilidades. Nessa etapa de ensino, as práticas educativas devem proporcionar situações prazerosas para envolver as crianças dessa faixa etária.

Brandão e Rosa (2011) advertem que nessas simples práticas pedagógicas em sala de aula acontece o desenvolvimento da língua oral, ou seja, quando o aluno consegue recontar uma história, organizar as ideias em sua fala e em seu pensamento, brincando de imitar atitudes dos adultos ou outras crianças, responder perguntas com clareza e coerência e etc. O amadurecimento da linguagem possibilita que o educando torne-se um cidadão falante e capaz de comunicar-se pela linguagem oral e escrita.

Ferreiro (2001) afirma que o aluno precisa ter o contato com o material escrito para sentir necessidade de descobrir o mundo das letras e viajar na imaginação por meio da leitura. Todavia, o contato com a linguagem está presente ao longo do processo de aquisição da língua, sendo que algumas ações passam despercebidas pelos adultos que deixam de valorizar e incentivar as primeiras manifestações do ato de escrever.

As atividades pedagógicas na Educação Infantil devem priorizar momentos prazerosos e significativos para o processo de aquisição e aprimoramento da linguagem verbal: oral e escrita (SEEDF, 2014, p. 115). Por meio de práticas diárias no ato de ler e escrever, diante do aluno, é possível formar leitores participativos e ativos.

Essa pesquisa abordou assuntos sobre Educação Infantil, Avaliação, Linguagem oral e escrita para compreensão de como o professor escolhe as suas práticas avaliativas, junto com o apoio da coordenação pedagógica, visando o aprendizado contextualizado para a promoção de mudanças sociais do educando.

O primeiro capítulo aborda a metodologia que foi utilizada para o percurso desse estudo.

O segundo capítulo consta o estado da arte com vistas ao levantamento de produções acadêmicas alusivas ao tema, o aporte teórico que subsidiará a análise dos dados coletados.

O terceiro capítulo retrata a análise de dados, referindo-se à relação da realidade escolar com a teoria. Portanto, para o entendimento dessa análise, foram consideradas a fala do interlocutor, as observações das aulas e da coordenação pedagógica.

1.1 Uma atitude e um novo caminho a trilhar.

A contextualização da instituição pesquisada visa compreender como é realizada a avaliação do desenvolvimento da linguagem oral e escrita na Educação Infantil, a pesquisa foi realizada na Escola Classe Fortaleza¹, localizada em uma Região Administrativa do entorno do Distrito Federal.

A instituição de ensino é situada em uma região que obteve um crescimento acelerado e sem uma boa organização, sendo composta por pessoas que vieram para construir Brasília e necessitavam de uma moradia.

Depois de um tempo, a cidade passou por uma organização local e redistribuição urbana e, como a população da cidade aumentou, foram construídas novas escolas para atender a demanda de alunos da comunidade local.

A escola foi entregue para comunidade no dia 21 de março de 2006, durante o governo de Joaquim Domingos Roriz, contendo 18 salas de aula, distribuídas da seguinte forma: 1 sala de múltiplas funções, 1 sala dos professores, 2 banheiros feminino/masculino para os funcionários, 2 salas de direção e coordenação, 1 sala de secretária, 1 laboratório de informática, 1 sala de recursos, 1 sala do Serviço de Orientação Educacional (SOE), 1 sala de Equipe Especializada Apoio Aprendizagem (EEAA), 1 depósito de material de limpeza, 1 elevador, 4 banheiros feminino/masculino, distribuídos entre 1º e 2º piso, destinados para as crianças, 1 banheiro adaptado para crianças do Ensino Especial, 1 laboratório de Ciências, 1 pátio interno, 1 pátio externo, 1 guarita com banheiro, 1 parque, 1 estacionamento interno e 1 consultório dentário.

Essa escola tem 861 alunos matriculados nos turnos: matutino e vespertino, contendo professores distribuídos em diferentes funções e cargos, tais como: diretor, vice-diretor, coordenadores, professor de EEAA, psicóloga, orientador, sala de recurso, professores que estão distribuídos entre turmas da Educação Infantil até o quinto ano do Ensino Fundamental I e Ensino Especial, professor adaptado, professores de Educação Física, monitores, agentes administrativos, cozinheiros e serventes da limpeza.

A escola em questão tem uma boa infraestrutura física e material pedagógico para atender aos alunos do Ensino Fundamental I. Porém, para o atendimento da realidade local foram necessárias novas turmas do 2º período da Educação Infantil. A partir de então, a instituição começou a ter mais uma etapa da Educação Básica. Todavia, essa mudança não

¹ Nome fictício para zelar pelo anonimato da instituição de ensino.

acompanhou uma preparação do ambiente para receber as crianças dessa faixa etária. Diante de tal fato, a escola não possui espaço adequado para trabalhar com as crianças, sendo necessários banheiros, refeitórios, bebedouros, espaço de recreação com brinquedos adequados para os alunos da Educação Infantil.

Os alunos precisam se adaptar às condições reais que a escola oferece, o lanche é oferecido em sala de aula, os horários das atividades recreativas são flexíveis porque dependem da disponibilidade do espaço para brincar no parque e na área externa da escola, o que justifica o horário de descida das turmas ser diferenciado para que não haja o encontro com os demais alunos de outros segmentos.

A atuação da coordenação pedagógica junto aos professores parece ser complicada em função dos coordenadores estarem mais envolvidos com problemas da direção e com alunos indisciplinados. No entanto, observa-se que coordenadores pedagógicos e professores compartilham decisões e informações com o objetivo de nortear a organização do trabalho pedagógico proposto para os dois turnos.

Para uma educação social de qualidade, desde os primeiros anos de escolarização, cabe ao educador um papel importante em sala para observar e compreender as dificuldades dos educandos, pois cada aluno e professor possui sua história dentro e fora do ambiente escolar, vidas que perpassam e podem durar por muito tempo ou uma vida inteira.

Com essa visão da verdadeira função do educador em sala de aula, recorro a minha história como estudante, que iniciou de forma tranquila. Minha alfabetização foi boa e até a 4ª série tudo foi normal, apresentando dificuldade no aprendizado, principalmente no processo de construção da leitura e escrita, porém superados com aulas de reforço.

Quando fui aprovada para a 5ª série, muitos professores, novos estilos, mais cobranças, obstáculos na aprendizagem, resultado: acabei reprovando.

Como punição do meu insucesso escolar, fui matriculada, pela minha mãe, em um colégio sem uma boa estrutura física e com um aspecto visualmente desagradável, sala com paredes rabiscadas, cadeiras quebradas e uma sala com muitos alunos, por volta de 40. Os professores dessa escola, inúmeras vezes, não conseguiam dar aula por conta do barulho, bagunça dos indisciplinados e, também, problemas com o uso indevido de drogas em sala de aula.

Neste mesmo ano, conheci novos amigos na escola e começamos a fazer um grupo de estudo, onde um ajudava o outro em suas dificuldades. A formação desse grupo modificou o meu interesse e incentivo em buscar novos conhecimentos. Marcávamos sempre para estudar

os conteúdos mais complexos e havia um membro deste grupo que tinha um maior conhecimento do assunto e sempre buscava sanar os problemas de compreensão. E, com este grupo de estudo, comecei a perceber como era prazeroso o ato de aprender. O resultado desse meu esforço refletiu nas minhas notas, que foram aumentando gradualmente a cada teste, simulado ou prova. E, assim, minha autoestima foi sendo elevada, conforme melhorava o meu aprendizado. E o nosso grupo de estudo foi se fortalecendo com o crescimento de todos os membros, nossos encontros tornaram-se mais prazerosos à medida que íamos estudando e aprendendo.

Com o passar do tempo, pudemos perceber a igualdade de conhecimento entre os membros do grupo, passamos a ser exemplo na escola, recebíamos elogios e éramos um grupo de destaque. Tivemos dois professores que acreditaram no nosso crescimento e sempre nos apoiaram e nos incentivaram. Estavam dispostos a nos ajudar e tirar nossas dúvidas. Com o tempo, esses mestres passaram a solicitar nossa ajuda com outros alunos da classe e, assim, na medida em que ajudávamos um colega, também aprendíamos e avançávamos no nosso conhecimento. Nosso grupo durou até o fim do 1º grau, hoje, Ensino Fundamental da Educação Básica.

Na entrada no antigo segundo grau era necessário escolher uma área específica de estudo, para realizar a seleção de um curso e, no futuro, prestar o vestibular. E, foi então que o nosso grupo se dividiu. Neste momento, não tinha muita certeza do que queria escolher, porém, pensava no incentivo que havia recebido dos meus antigos professores e da alegria que demonstravam com o nosso aprendizado e sucesso escolar. Esta simples ação interferiu em minha vida profissional, ajudar quem tem dificuldade em aprender, incentivar quem precisa e gostar de buscar conhecimentos por meio da leitura ou do estudo. E, desse modo, resolvi fazer o magistério, aprender a ensinar, buscar conhecimentos, entender como ocorre o processo de ensino-aprendizagem do educando e, mais tarde, optei pelo Curso de Pedagogia, em nível superior.

A cada ano do curso de Pedagogia, ficava mais encantada. Comecei a dar aulas no terceiro ano de faculdade. Foi um ano de luta, pois estudar e trabalhar não é fácil, porém, o prazer de ensinar era satisfatório, ficava cansada, mas não deixei de estudar e nem de ir em busca de novos aprendizados. Na faculdade, não encontrei um grupo de estudo com afinidade e interesse em aprender e estudar. Mesmo assim, não abandonei o hábito de estudar e de buscar novos aprendizados.

A busca pelo conhecimento sempre me levou a ter força, coragem e perseverança em continuar firme no projeto de trabalhar no campo da educação. Durante a minha vida na universidade, sempre admirei professores que eram apaixonados em educar e, assim, eu os tinha como exemplo para continuar a trilha. Cada vez que penso em minha trajetória escolar, percebo como o incentivo ao aluno pode mudar verdadeiramente sua história. Estudar é o caminho para mostrar a sociedade e ao indivíduo que o estudo muda vidas e como um professor pode influenciar essa mudança para uma vida toda.

Logo em seguida, fiz pós-graduação em Psicopedagogia e, após alguns anos, passei no concurso da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Sempre que encontro um aluno que apresenta muita dificuldade de aprendizado, relembro da importância de incentivar, acreditar no aluno, entender a sua dificuldade, não julgar, valorizar as qualidades, ouvir e não demonstrar sua fraqueza na escola e, sim, fazer com que sinta vontade de mudar por meio da busca de novos conhecimentos e novas mudanças de comportamento. Nunca rotular ou ignorar um aluno com dificuldade; a minha história de aprendizagem influenciou e influencia até hoje na minha ação pedagógica.

Durante a minha atuação na educação infantil na rede pública do Distrito Federal, percebi que geralmente são desenvolvidas atividades pedagógicas que enfocam a linguagem, coordenação motora fina e grossa, conceitos matemáticos, sociedade e natureza no intuito de embasar as crianças para seguirem os estudos dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Tenho, ainda, uma angústia ao analisar como ocorre a avaliação no desenvolvimento da linguagem oral e escrita dos alunos do 2º período². Será que as práticas educativas estimulam os alunos a gostarem de viajar no mundo das letras? Nossas atividades pedagógicas encontram-se adequadas para promover o ato de ler e escrever?

Nessa perspectiva, Freire (1987) declara a importância de incentivar a interação do conhecimento linguístico com a vivência fora dos muros da escola, sendo aspecto primordial para avaliarmos a relação de escola-mundo.

A avaliação na Educação Infantil não tem caráter de promoção para outra série/ano, ela apresenta a importância de acompanhar e de verificar o processo evolutivo de cada criança ao longo dos bimestres e atividades; fato que ocorre durante todo o ano letivo e não apenas em determinado ou único momento. Isso favorecerá a relação do conteúdo desenvolvido em sala de aula com a vida das crianças no mundo de uma linguagem mais próxima à norma culta da nossa língua.

² O 2º período da Educação Infantil corresponde à faixa etária de 05 anos de idade.

Deste modo, Rovira e Peix (2004) afirmam que o professor da Educação Infantil tem a necessidade de observar todo o processo de aprendizado para constatar os diversos contextos e realidade que a criança está exposta fora do ambiente escolar. Esse contexto interfere e influencia diretamente em todo o processo de construção do conhecimento do educando, pois o aluno recebe informações diversificadas de diferentes locais e situações, tais como: ambiente familiar, comunitário e escolar.

Portanto, para tentar resolver essa inquietação, surgiu a questão central dessa pesquisa: **Como os professores avaliam o desenvolvimento da linguagem oral e escrita dos alunos de uma turma do 2º período da Educação Infantil?**

Para responder ao questionamento, a pesquisa teve como objetivo geral: **Compreender como é realizada a avaliação do desenvolvimento da linguagem oral e escrita em uma turma do 2º período da Educação Infantil.**

Os objetivos específicos foram:

- ✓ Identificar as práticas avaliativas utilizadas para avaliar o desenvolvimento da linguagem oral e escrita de uma turma do 2º período da Educação Infantil.
- ✓ Analisar como a coordenação pedagógica pode ser utilizada na elaboração de atividades que avaliam o desenvolvimento da linguagem oral e escrita dos alunos na Educação Infantil.

Capítulo 1- Metodologia: descobrir um caminho em busca da resposta

Uma pesquisa representa uma busca de uma resposta para transformar ações e momentos de organização dos fatos. Gil (2002) afirma que a pesquisa tem um caráter racional e sistemático, com intenção de alcançar uma explicação a um determinado foco ou problema de uma situação, provoca questionamentos e intrigas por parte do pesquisador. Portanto, o pesquisador busca a solução por meio da investigação no campo científico.

Ser pesquisador exige uma ordem nas etapas que constituem um projeto de estudo. Gil (2002) diz que toda pesquisa necessita de planejamento de execução, seguindo passos importantes e fundamentais para a realização e conclusão de um estudo.

Assim sendo, dentro do contexto escolar, é essencial uma organização nas ações e atividades pedagógicas, conhecimentos específicos, clareza dos objetivos, escolha de um procedimento, um método, estratégia de ensino compatível com a realidade e a necessidade da clientela para não perder o foco com a aprendizagem significativa. Dessa forma, a pesquisa e o contexto escolar enfatizam o ato de planejar como um fator principal na realização de uma ação com sucesso.

A escolha do tema desta pesquisa deu-se a partir da realidade que vivenciei, como professora da Escola Classe Fortaleza, e que me provocou a querer compreender mais sobre a avaliação do desenvolvimento da linguagem oral e escrita na Educação Infantil.

A pesquisa baseou-se na abordagem qualitativa, com a intenção de investigar como os professores avaliam o desenvolvimento da linguagem oral e escrita dos alunos de uma turma do 2º período da Educação Infantil, por meio de estudo de caso.

De acordo com Yin (2001), o estudo de caso é utilizado para alcançar resposta com questões referentes à realidade contextual do pesquisador, tendo como objetivo direcionar a pesquisa. Com essa intenção, foram desenvolvidas os seguintes procedimentos: a observação de aulas e da coordenação pedagógica para analisar como se dá a participação da coordenação pedagógica na elaboração de atividades que avaliam o desenvolvimento da linguagem oral e escrita dos alunos na Educação Infantil; entrevista semiestruturada com um professor regente no Educação Infantil do 2º período e com um coordenador pedagógico, no intuito de identificar as práticas avaliativas utilizadas para avaliar o desenvolvimento da linguagem oral e escrita dos estudantes.

A observação aconteceu durante o desenvolvimento de uma aula de uma professora no turno matutino e dos turnos da coordenação pedagógica coletiva. Esses dois momentos foram

enriquecedores para a percepção da realidade escolar com a teoria pesquisada. Para alcançar o objetivo geral da pesquisa foi necessário realizar uma entrevista semiestruturada com o regente da turma e a observação da coordenação pedagógica. Esses momentos aconteceram em horários distintos e cada profissional com um perfil.

A professora entrevistada chama-se Mônica³, é graduada em Pedagogia, com pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Tem 20 anos de docência, não atuou na rede privada, sua experiência profissional foi adquirida ao longo dos anos na SEEDF, onde já atuou por 11 anos nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Há 9 anos é professora regente da Educação Infantil, uma etapa de ensino que se identificou e, segundo ela, não pretende mudar.

O coordenador Pedagógico chama-se João⁴, é graduado em Pedagogia. Tem apenas 3 anos de experiência em escola, sendo, essa a primeira oportunidade de atuar como coordenador pedagógico da Educação Infantil.

Por meio da observação da aula foi verificado que um professor da Educação Infantil promove situações de aprendizagem significativa para estimular a linguagem oral e escrita dos estudantes; e, como dinâmica da sala de aula, contribui para a evolução do aprendiz em sua vida social.

E a observação da coordenação pedagógica resultou na importância da partilha de experiências e cumplicidade entre o professor e o coordenador pedagógico, para escolhas das práticas educativas e avaliativas, visando o crescimento global da criança e um real aprendizado.

³ Nome fictício para zelar pelo anonimato dos interlocutores da pesquisa.

⁴ Nome fictício para zelar pelo anonimato dos interlocutores da pesquisa.

Capítulo 2: Avaliação: qual é o sentido para a aprendizagem?

Na vida, cada situação que encontramos são marcadas por momentos de dificuldade e/ou superação, sejam elas escolares ou cotidianas. No momento em que um bebê nasce, em seus primeiros minutos de vida passa por avaliação médica e, a cada mês, essa avaliação é renovada para verificar o processo de crescimento físico e motor. E, assim, naturalmente, passamos por um procedimento que estará presente em nossa vida ao longo de toda a evolução como pessoa. Esse processo pelo qual vivemos, diariamente, é chamado de avaliação.

A avaliação está presente no contexto escolar e faz parte dessa realidade desde a educação tradicional, onde o conhecimento do professor era absoluto e o aluno apenas absorvia as informações como dogmas inquestionáveis. Esse modo de avaliar valoriza o resultado e não o aprendizado. Sua finalidade acaba sendo desvinculada do seu real objetivo avaliativo, portanto, destaca valor de julgamento, classificação e seleção.

Hoffmann (2014) afirma que esse modo de avaliar é para atender a burocracia do nosso sistema de ensino, que modifica a função do ato de avaliar e transforma em uma ação fragmentada e descontextualizada, pois os registros do aprendizado do educando é avaliado em bimestres/semestres, por meio de notas e provas para qualificar o conhecimento do aluno ao longo do seu processo de construção desvinculado de um real contexto.

Sant'Anna (1995) diz que o processo avaliativo tem a finalidade de avaliar todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, assim, o professor precisa proporcionar atividades pedagógicas significativas para que o aluno interaja ativamente na construção do conhecimento, contendo um caráter formador para o crescimento social do educando.

Desta forma, o aluno não é um simples expectador ou receptor de conteúdo, pois é um agente ativo da própria aprendizagem. O professor deixa de ser o centro do aprendizado e passa a assumir o papel de orientador que acompanha o aluno diariamente. E este se torna o centro da aprendizagem, onde busca o seu conhecimento, tem seu espaço, expressa seu pensamento, sendo, o erro, parte de seu processo de aprendizado.

Durante anos, na educação, o compartilhar experiência era um movimento inexistente. Na educação atual, essa partilha é o ápice do aprendizado, pois, ao colocar em prática o conteúdo escolar, o aluno percebe o que aprendeu e o que não aprendeu. Sant'Anna (1995) adverte que o ato de interação de informação dentro de um grupo proporciona a

ressignificação da importância de aprender para vida e a desvalorização do ensino descontextualizado.

Essa transformação na educação alterou o sistema avaliativo das escolas e, na atualidade, a avaliação educacional promove intervenções pedagógicas para a formação de um educando crítico, criativo, participativo e democrático. Essa nova visão é chamada de avaliação formativa.

Nos documentos da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (2014), as diretrizes informam que o papel da avaliação formativa valoriza a singularidade dos sujeitos da aprendizagem, respeitando o tempo do desenvolvimento cultural de cada aluno, pois cabe à escola e aos professores fomentar e proporcionar momentos de aprendizagem para contribuir com a organização dos conteúdos pedagógicos na resolução de problemas diários.

Sendo assim, a avaliação tem a finalidade de priorizar a qualidade da aprendizagem e não o resultado. Outra característica da avaliação formativa é ser um processo contínuo do aprendizado, onde o aluno receba orientações e busca colocá-las em prática, tornando-se capaz de conduzir o seu próprio conhecimento e, em seguida, avaliar todas as informações absorvidas com consciência, clareza e responsabilidade, pois sua formação intelectual permite a organização do pensamento autocrítico.

Segundo as diretrizes da avaliação da SEEDF (2014), a avaliação precisa ter um sentido no contexto do processo de construção do conhecimento do aluno, onde professor e educando possam interagir em toda a caminhada de crescimento intelectual e social. Assim, deixando para trás a finalidade de transmitir verdades absolutas, adquiridas por meio de uma aprendizagem descontextualizada. A avaliação não deve ter o caráter negativo e, sim, incentivador e positivo para que os nossos alunos participem do processo avaliativo e rompam barreiras e paradigmas impostos pelo ensino tradicional.

No processo avaliativo existem formas diferenciadas de avaliar o conhecimento do aluno. Godoi (2010) declara que a avaliação formal é sistemática e organizada, com conteúdos pré-estabelecidos, com uma intenção determinada no aprendizado do sujeito e, no final do processo avaliativo, atribui provas/notas. A educação informal ocorre em qualquer lugar, tempo e momento da vivência do aluno.

Nesse sentido, as diretrizes de avaliação educacional da SEEDF (2014) destacam a avaliação formal e informal, como formas diferentes de realizar o processo avaliativo, sendo assim, o seu resultado interfere na construção do conhecimento. Pois, o sujeito ativo da aprendizagem pode aplicar suas informações cognitivas no momento de uma brincadeira,

conversa, jogo e etc. E o professor, por sua vez, pode perceber como o aluno organiza seu pensamento e quando solucionar problemas por meio de diferentes atividades.

Porém, a avaliação informal também pode rotular a criança e prejudicar todo o processo de construção do seu conhecimento, por se tratar de uma avaliação aberta ao julgamento de todos os envolvidos na aprendizagem. Essa prática avaliativa não fica somente sob os olhares dos professores e, sim, da comunidade escolar, na qual cada um visualiza as dificuldades e verbaliza as suas opiniões por meio da oralidade.

A avaliação precisa ser direcionada pelo educador como uma forma que proporcione uma reflexão. Sendo assim, o contexto do papel da avaliação leva o professor a refletir/questionar/mudar a sua própria conduta no ato de avaliar, pois o educador necessita verificar/acompanhar/orientar o desenvolvimento cultural/social do aprendiz da sua turma. Hoffmann (2014) declara que todo o ato de avaliar é uma ação educativa, onde o professor avalia o resultado e a forma como é conduzida a construção do saber.

Para compreender o verdadeiro sentido da avaliação Hoffmann (2014 p. 80) declara que *“avaliação é movimento, é ação e reflexão”*. Deste modo, o processo avaliativo permite articulação de novas atitudes do professor e do aluno para por em prática em sala de aula. Portanto, essa visão reflexiva viabiliza a prática da conversa formal e informal, compartilha informações, questionamentos, argumentos, análises para formar um aluno crítico e participativo em seu ambiente social.

Nesse sentido, professores, alunos e sociedade devem transformar o seu conceito de avaliação para entender e compreender que essa ação não tem a intenção de julgar ou medir, classificar, aprovar ou reprovar. Essa prática educativa nega uma finalidade tradicional, busca soluções de aprendizado significativas para o crescimento social do aluno.

Hoffmann (2014) afirma que devemos mudar as nossas práticas para alcançarmos um resultado positivo no ensino, onde o maior valor é a formação de cidadãos críticos do seu próprio processo. Assim, apresentando uma ação diferenciada, com o objetivo de modificar conceitos tradicionais ainda existentes em nosso sistema de ensino.

Então, só assim poderemos transformar o sentido da avaliação, entender e praticar essa ação como sinônimo de discussão, diálogo, compreensão, responsabilidade de contextualização, viabilizando a construção do conhecimento com base real e significativa.

Em relação ao aluno, é preciso que ele perceba que a avaliação da aprendizagem tem maior abrangência para o seu desenvolvimento escolar e social. O que deve ser desenvolvida é a tomada de consciência que a aprendizagem e o conhecimento adquirido devem servir para

sua vida prática, e, assim, desvinculando a avaliação somente de notas e resultados. Enfim, avaliar o que aprendeu e o que ainda precisa aprender para fortalecer a sua formação cultural e social.

2.1. Avaliação na Educação Infantil: nos tempos atuais.

Será que a avaliação na Educação infantil é importante? Para que avaliar na Educação Infantil? O que avaliar? Tem ou não tem finalidade educacional a avaliação na Educação Infantil? Tratar de avaliação é um assunto que provoca discussão entre os leigos e os profissionais da educação.

E na educação infantil, primeira etapa da Educação Básica, esse tema não é diferente, pois a avaliação está presente e faz parte dessa etapa. Entretanto, saber o que observar para avaliar é fundamental para não causar rótulos e transformar essa ação em um simples ato mecânico, sem sentido e significado.

Conforme Hoffmann (2015), a avaliação tem a finalidade de acompanhar a evolução do desenvolvimento de cada criança, sem haver um julgamento de conhecimento e diferença de valores entre os sujeitos. A ação de avaliar ocorre em diversos momentos de aprendizagem e de forma contínua na construção do saber, principalmente na Educação Infantil, o processo avaliativo visa observar e registrar a evolução da criança na medida em que recebe as intervenções pedagógicas no ambiente escolar.

Portanto, a atividade educativa e a ação do professor devem ter o caráter reflexivo e promover oportunidade significativa e concreta para haver o desenvolvimento global dos educandos dessa etapa da Educação Básica, para formarmos cidadãos capazes de transformar o seu mundo familiar e social.

Na Educação Infantil, a criança socializa-se, brinca, escuta história, aprende a utilizar a linguagem oral para se comunicar, entre outros aspectos. Para compreendermos o processo de ensino-aprendizagem da Educação Infantil, recorreremos ao Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal (2014), que sinaliza como o educador deve nortear seu trabalho pedagógico, baseado nos seguintes princípios: regras e códigos para direcionar toda a ação desenvolvida em sala de aula.

Este documento ressalta que a educação infantil visa desenvolver a criança de forma integral, atingindo os aspectos físico, psicológico, intelectual e social. Destacando o aluno

como um agente da aprendizagem que constrói, modifica e reconstrói o seu processo de aquisição do conhecimento.

No artigo 29º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), destinada para a Educação Infantil, consta:

A educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 5 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da sociedade. (Brasil, 1996)

A Educação Infantil tem o objetivo e finalidade de promover o desenvolvimento completo do educando com ações diversificadas e criativas, baseadas na observação diária e constante, durante a realização das intervenções pedagógicas. Essa etapa do ensino tem característica diferente do Ensino Fundamental, ou seja, sem haver preocupação com a promoção para os demais anos de estudo. Como consta no artigo 31º da LDB “[...] a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem objetivo de promoção [...]”. Portanto, o processo avaliativo na Educação Infantil ocorre de forma distinta e sem caráter classificatório.

Zabala (1998) afirma que ação pedagógica e avaliação devem trilhar o mesmo caminho com a elaboração e a reelaboração do planejamento da atividade a ser aplicada em sala. Desta forma, o professor deve selecionar a atividade com a intenção de observar e registrar a evolução do educando, tendo subsídios para perceber a mudança do processo em cada proposta pedagógica pois, em suas atividades, o professor pode analisar o aluno no grupo e individualmente.

Dentro desse contexto, a prática avaliativa da Educação Infantil requer atenção, sensibilidade e cuidado com o processo de planejamento. Hoffmann (2015) afirma que a avaliação acompanha e compreende o processo de evolução de cada criança, essa ação também proporciona uma autoavaliação do professor, ou seja, ao propor a atividade pedagógica o educador vai avaliar o que pode melhorar e mudar para facilitar a construção do saber. Esse ato reflexivo do condutor da prática pedagógica remete a uma nova visão e promoção de uma ressignificação da avaliação no ambiente escolar, assumindo um caráter crítico, reflexivo e real sobre a prática em sala de aula.

A partir dessa visão de avaliação mediadora na Educação Infantil deve-se buscar a mudança na burocracia do ensino. O registrar é importante para o acompanhamento de cada criança, porém, o que encontramos em diversas escolas é um padrão de fichas avaliativas sem

o cuidado e o respeito com a singularidade do aluno. Godoi (2010) diz que o preenchimento da ficha de avaliação não valoriza a criança e ressalta a diferença existente entre os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, ou seja, voltando a uma avaliação que julga, classifica e seleciona, ainda no Infantil.

Ainda segundo Hoffmann (2015, p. 38) “[...] *o ambiente pedagógico precisa respeitá-la e valorizá-la em seu próprio tempo* [...]”. A criança, no ambiente infantil, tem o contato com objetos e atividades pedagógicas que fomenta a descoberta e motiva ser um agente ativo, por meio de simples ações, como: amassar, rasgar, colar, cortar, andar, correr e etc.

A prática avaliativa na Educação Infantil não deve ocorrer com fragmentos ou em momentos específicos, ou seja, não podemos desvincular a criança de seus aspectos (afetivo, emocional, cognitivo e social) e da sua realidade. Desta forma, toda situação vivenciada em sala de aula pode ter um olhar diferenciado para verificar a evolução da criança.

Hoffmann (2015, p. 63)

Esse olhar não tem por base listas de comportamento definidas e não tem a intenção de “mostrar/comprovar a alguém que elas fazem”, mas descobrir como elas são de fato, um olhar espontâneo e que representa a criança e a sua espontaneidade. (HOFFMANN, 2015, p. 63)

O fundamental na avaliação Educação Infantil é a sensibilidade na percepção do aprender, uma atenção voltada totalmente as reações/respostas que cada criança apresenta ao longo de todo o processo avaliativo. Os registros avaliativos devem ser construídos durante o aprendizado e, cabe ao professor, amparar o aluno, respeitar e valorizar a singularidade de cada sujeito.

A reflexão do olhar avaliativo também deve fazer parte desse caminho junto com um planejamento flexível que atenda as necessidades e o contexto da criança, compatível com a realidade social de cada local.

A avaliação acontece de forma espontânea, durante a realização das atividades pedagógicas, com ou sem as intervenções do professor, no cotidiano da sala de aula. Portanto, a prática avaliativa não é uma forma de punir ou selecionar os alunos. E, sim, uma maneira de auxiliar o professor à percepção evolutiva de cada sujeito.

Godoi (2010) aponta que a escolha do tipo da avaliação revela o cidadão que queremos formar para a sociedade. Um cidadão que pode propor mudanças, revolucionar por meio da educação ou um sujeito que não é capaz de entender a sua participação em seu próprio mundo.

Segundo Hoffmann (2015), a avaliação mediadora conduz o trabalho pedagógico favorável a uma educação revolucionária, com alunos que desenvolvam um pensamento investigador e que se tornam questionadoras da sua realidade local e global.

2.2. Aquisição da Linguagem verbal na Educação Infantil

A Educação Infantil deve proporcionar um ambiente rico em conhecimento linguístico e práticas pedagógicas favoráveis ao aprendizado da língua verbal: oral e escrita. É por meio das ações pedagógicas que a criança aprimora suas habilidades e competências da prática comunicativa no meio social.

No Currículo em Movimento da Educação Básica: Educação Infantil (2014) menciona que, com a aquisição da linguagem, o indivíduo expressa suas vontades, desejos e realiza a comunicação entre o grupo. No ambiente social, o aluno tem o contato com a língua verbal sem restrição, o uso e a forma como utilizar a fala é reflexo de sua visão cultural, repete o que escuta em casa e com amigos.

Ferreiro (2001, p. 20) pondera que “[...] a escrita é importante na escola porque é importante fora da escola, e não o inverso”. No ambiente escolar, a criança tem o contato com a diversidade da linguagem, porém, esse processo de construção da língua não é um objeto social exclusivo da escola, está presente, também, em outros ambientes e situações de aprendizagem.

Brandão e Rosa (2011) afirmam que, na Educação Infantil, as crianças precisam desse contato com leitura e escrita da vida cotidiana, para perceber que os recursos linguísticos que estão presentes em nosso meio social também encontram-se no mundo das letras e escritas. O que permite a percepção da importância da língua em vários momentos e circunstâncias diárias, sendo assim, o aluno pode verificar a necessidade de saber usar e usufruir a língua correta na fala e na escrita.

A língua verbal na Educação Infantil ocorre nas práticas educativas realizadas com uma intencionalidade de aprender naturalmente e de forma espontânea. Currículo em Movimento da Educação Básica: Educação Infantil da SEEDF (2014) orienta que o professor em sua proposta educativa utiliza oralidade e a escrita para ampliar o vocabulário infantil, pois o contato com uso formal da língua pode não ocorrer de maneira adequada em casa e, é na escola que vai aprender como usar a linguagem de forma mais próxima da nossa norma culta.

Esse processo de aquisição da linguagem cabe ao professor valorizar a linguagem de cada criança e entender as necessidades individuais e, assim, a escola realizará o seu papel em promover o desenvolvimento da função da língua em nossa sociedade.

Esse contato não tem finalidade de promover o processo de alfabetização na Educação Infantil e, sim, a apropriação do letramento dos diversos gêneros da língua. Brandão e Rosa (2011, p. 24) defendem que:

“[...] desde muito cedo é possível envolver as crianças em situações em que elas comecem a aprender alguns princípios do sistema de escrita alfabética, dando início ao seu processo de alfabetização, inserindo-as em paralelo, nas práticas sociais em que está presente.” (BRANDÃO e ROSA, 2011, p.24)

É na Educação Infantil que a criança terá contato com o material escrito diversificado, para estimular o gosto de ler e escrever. Porém, não basta apenas o contato sem uma finalidade objetiva e clara para fundamentar as propostas educativas em sala de aula, é necessário que o professor perceba a importância da utilização do material escrito para desenvolver o letramento das suas atividades pedagógicas, como: ler um livro em voz alta, uma notícia de jornal, revistas, gibis, poemas, parlendas, embalagens, anúncios, produção de texto coletivo e entre outros.

Portanto, as formas de desenvolver o trabalho educativo na Educação Infantil vai facilitar o processo de alfabetização, pois, por meio das ações educativas, o aluno percebe como a linguagem oral e escrita tem uma finalidade na comunicação.

Castro (2004) sinaliza que a escola tem o dever de trabalhar com as dificuldades da linguagem para que as crianças possam superar os obstáculos na sua função de comunicar e serem compreendidas, por meio de momentos significativos que fomentem o uso da linguagem em diversas situações dentro do ambiente escolar.

O ato de observar cada criança nessa fase do desenvolvimento permitirá ao professor a percepção individual dos educandos, para constatar como as crianças utilizam a função da comunicação no cotidiano escolar e, conseqüentemente, perceber o crescimento dos indivíduos, na medida em que o processo de aquisição da linguagem torne-se significativo e natural.

Segundo documento oficial da rede de ensino público (SEEDF, 2014), na Educação Infantil, os alunos não vão ser alfabetizados, esse não é o objetivo dessa etapa. O foco é o aprimoramento da prática comunicativa com as crianças, para facilitar o processo de construção nos próximos anos de estudos, focando o letramento nas atividades pedagógicas.

Faria e Melo (2012) ressaltam que, na Educação Infantil, o trabalho pedagógico desenvolvido na escola não é o aprendizado das letras. Essa proposta educativa quebra paradigmas tradicionais do ato de ensinar a ler e escrever.

Sendo assim, a preocupação pedagógica nessa etapa de ensino é de contribuir na participação ativa da criança no mundo letrado, capacitando o ato de organizar as ideias, dar seqüência de fatos, condições de recontar uma história, expressar seus pensamentos e argumentos, com isso, o aluno percebe o uso e a importância da língua verbal em sua prática dentro e fora da escola.

Ainda, segundo Faria e Melo (2012), essa promoção de vivência da língua verbal para a criança é uma experiência real e significativa. Uma oportunidade concreta na construção do conhecimento linguístico para alcançar um entendimento e compreensão na diversidade de gêneros da escrita e os seus modos de utilização na oralidade e no ato de escrever.

Dentro desse contexto da língua verbal, os alunos percebem a importância do ato de aprender a ler e escrever para uma mudança em sua vida social. Tendo essa compreensão do sistema de escrita, todo o processo de ensino-aprendizagem passa a ter um sentido.

Fato que influenciará naturalmente a aquisição de uma linguagem com um significado de vivência e de inclusão ao mundo das letras. Quando o estudante entrar realmente no processo de alfabetização, todo esse sistema de escrita já terá uma finalidade clara para obtenção de um aprendizado com sentido.

Faria e Melo (2012, p. 16) afirmam que “[...] *processo educacional - inclui as estratégias de ensino e os instrumentos de avaliação e acompanhamento*”. Desta forma, a proposta pedagógica da linguagem oral e escrita necessita de uma elaboração consciente e planejada para alcançar o seu objetivo no desenvolvimento social do educando. Todavia, não esquecer que as práticas avaliativas da língua devem ter uma intencionalidade e sistematização nas atividades pedagógicas.

Conforme Hoffmann (2015), o planejamento das propostas pedagógicas da Educação Infantil deve favorecer a autonomia, independência, criação, imaginação, organização, responsabilidade para o aluno construir o seu conhecimento dentro de um ambiente estimulador e criativo. Deste modo, a criança sinta segurança no professor e em todos os demais profissionais para continuar a sua descoberta por meio da ação prática da vivência, imitação de atos e gestos.

O documento norteador do currículo da Educação Infantil (SEEDF, 2014) esclarece que é no ambiente escolar que o sujeito vai ter possibilidade de ampliar o seu conhecimento,

de forma gradativa, processual e contínua. Conforme o seu processo de amadurecimento da linguagem, a criança deixa de imitar o adulto e passa a expressar os seus pensamentos por meio da sua organização do pensamento. Todavia, essa caminhada tem início com o simples ato de desenhar, rabiscar, riscar os seus primeiros traços gráficos de conhecimentos linguísticos.

Ferreiro (2001) pondera que a proposta pedagógica em sala de aula precisa ser dinâmica e desafiadora para que o aluno pratique e aprenda a linguagem verbal de forma natural e espontânea, com brincadeiras de faz de conta e dramatizações, contando histórias e etc. Essas formas de trabalhar com a linguagem desenvolvem uma interação do material escrito com a oralidade e a escrita.

Brandão e Rosa (2011) afirmam que a atividade de contar história na Educação Infantil aproxima o sujeito contador com o ouvinte. Desta forma, essa ação de contar e recontar ocorre por meio do uso da linguagem oral; a vivência com a história infantil promove diretamente a ampliação da língua e, ainda, trabalha com a socialização e o aumento do vocabulário das crianças.

Portanto, o ato de contar história infantil nessa etapa de ensino é um estímulo divertido e fundamental para manter o contato com o material escrito. Na Educação Infantil, o ambiente escolar necessita ser colorido, divertido, rico de material e oportunidade, local de exploração da diversidade da língua verbal para a formação de bons leitores, aptos a compreender e expressar os seus posicionamentos com argumentos, tanto na oralidade como na escrita.

Assim, nessa etapa da Educação Básica é primordial propor um aprendizado contextualizado e significativo para a formação de uma base sólida, que reflita nos demais anos de estudos do aluno, principalmente nas séries iniciais.

Capítulo 3- Avaliação na Educação Infantil: realidade e prática avaliativa.

1. A vivência da prática avaliativa na Educação Infantil

Esse estudo teve como objetivo compreender como é realizada a avaliação do desenvolvimento da linguagem oral e escrita em uma turma do 2º período da Educação Infantil, na Escola Classe Fortaleza, a partir da seguinte problematização “Como os professores avaliam o desenvolvimento da linguagem oral e escrita dos alunos de uma turma do 2º período da Educação Infantil?”

A entrevista realizada com a professora interlocutora e a observação das aulas possibilitaram estabelecer uma relação do que é vivido no contexto escolar real do ambiente escolar com a teoria estudada.

Percebi que a professora Mônica possui conhecimento dos documentos oficiais da SEEDF e bastante experiência nessa etapa do ensino. Durante suas respostas, foi possível perceber que o seu discurso está condizente com as orientações apresentadas pelos documentos da rede de ensino público do Distrito Federal.

No decorrer das observações realizadas em sala de aula, foi observado que a professora entrevistada coloca em sua prática diária um olhar diferenciado para cada criança. Apresentando uma atitude em sala de aula baseada na seguinte afirmação de Hoffmann (2015), o educador precisa ter uma determinada sensibilidade no momento da avaliação na Educação Infantil, analisar cuidadosamente cada criança e cada circunstância do processo de evolução da aprendizagem.

No momento em que se iniciou a aula, a professora interlocutora conversou com as crianças na rodinha, distribui as fichas com o nome de cada criança presente na sala de aula, onde todos já reconhecem as letras do nome e, também, dos demais colegas. Logo após essa atividade educativa, realizou-se uma contagem dos alunos presentes, dividindo-se entre meninas, meninos e o total de alunos em sala de aula.

Brandão e Rosa (2011) declaram que a atitude do professor da Educação Infantil deve envolver as crianças nas atividades pedagógicas. Fato que promove o uso da escrita e da leitura, socialmente, facilitando o entendimento natural da língua na prática social.

Desta forma, o professor deve ser um instrumento do aluno para transferir os seus pensamentos ao escrever bilhetes, recados aos amigos e familiares e, principalmente, no momento de transcrever o que o seu desenho representa graficamente. Essas simples ações

pedagógicas vivenciadas no ambiente escolar favorecem oportunidade aos alunos terem contato com a diversidade das funções sociais da leitura e escrita. (Brandão e Rosa, 2011).

O uso das fichas com os nomes promove a visualização e a comparação das letras de cada nome dos alunos. Essa prática educativa, segundo Brandão e Rosa (2011), facilita o aprendizado das letras do seu nome e também dos outros colegas de classe, a percepção dos nomes que iniciam com as mesmas letras, as quantidades letras, as diferenças e semelhanças nos nomes.

Essa atividade diária, com os nomes, promove uma aquisição de conhecimento de palavras que estão presentes em seu ambiente escolar, causando um aprendizado significativo de novas palavras, além de seu nome, mesmo sem estar alfabetizado, de acordo com Brandão e Rosa (2011)

Por meio dessa rotina da sala de aula, todos os alunos participam ativamente das atividades pedagógicas. Dessa forma, a professora promoveu diversos e variados momentos que estimularam o desenvolvimento da linguagem oral e escrita, como: conversa dirigida, uma escuta sensível com atenção para o relato apresentado em sala de aula, ler uma reportagem em voz alta, contar história, produzir texto coletivo, dramatizar e manter um contato com o material escrito diversificado.

As atividades desenvolvidas pela professora estão condizentes com o documento que orienta e direciona o currículo da Educação Infantil (SEEDF, 2014), pois o ambiente escolar necessita ser rico de material visual e concreto, aconchegante para as crianças e propício para a promoção de oportunidades de aprendizagem significativa para o desenvolvimento global do educando.

Cabe ao educador saber utilizar os momentos das brincadeiras e estimular o gosto pela leitura e escrita em suas práticas educativas e avaliativas. Nossa cultura educativa, viabiliza, por meio das literaturas infantis, o desenvolvimento de ações educativas diferenciadas e ricas em oportunidades de usufruir as funções linguísticas no cotidiano escolar.

A observação e a entrevista com a professora transcorreu de maneira natural e com condições favoráveis para uma análise adequada. Porém, a observação da coordenação pedagógica ocorreu no período da greve dos professores, portanto, houve mudanças de tarefas do coordenador pedagógico presente na escola. Sendo que este profissional procurou ajudar a todos os professores que não aderiram à greve. Seu tempo e atenção foram divididos por todos os segmentos.

Para estabelecer uma relação entre a teoria X prática, faz-se necessário descrever os principais pontos sobre avaliação na Educação Infantil e o desenvolvimento da linguagem oral e escrita, como podemos constatar na análise dos dados a seguir:

Pesquisadora: Qual a sua percepção sobre a língua verbal dos seus alunos?

Professora: *“Devido às intervenções pedagógicas ao longo do ano letivo, percebo que hoje as crianças conseguem ter uma boa verbalização em sua fala, organizam a sua oralidade no momento de falar suas necessidades e fatos, sendo compreendido por todos.”*

Durante as observações das aulas, percebemos que a rotina da escola foi alterada devido à greve dos professores. Em função do movimento de greve, a acolhida das crianças passou a ser na sala de aula, com os educadores. Logo após, no início da aula, a professora formou uma rodinha com as crianças e, nesse momento, estimulou a oralidade das crianças por meio do relato de como foi o dia de cada um, sobre fatos importantes que vivenciaram... Além de atividades baseadas em conversas informais e dirigidas e desenvolvimento de hábitos de convivência, por meio da musicalização.

Pela declaração da professora, podemos analisar como é precípua a intervenção pedagógica do educador para desenvolver a linguagem dos alunos. Brandão e Rosa (2011) declaram que a oportunidade de estimular a fala da criança na Educação Infantil promove o crescimento de suas habilidades e competências, para descrever os fatos narrados com compreensão e clareza a todos os ouvintes.

Pesquisadora: O que você realiza em sala de aula para incentivar as crianças a lerem?

Professora: *“Realizo em sala de aula um momento de contar histórias, dramatizações, produção de texto coletivo, imitação dos personagens da história, ilustrações do livro e proporciono o momento da escuta (onde, quem quiser falar, poderá expressar seus pensamentos e o outro terá que respeitar a fala do colega).”*

O Currículo em Movimento da Educação básica do Distrito Federal (2014) destaca que, na Educação Infantil, é necessário o ato de brincar para desenvolver a linguagem oral e escrita das crianças que ocorre em diversos momentos das atividades pedagógicas, como: teatro, contato com gibis, literatura infantil, brincadeira de faz de conta, entre outras brincadeiras.

Durante as observações das aulas, foi possível notar o contato dos alunos com o material escrito rico e conservado em sala de aula. Este material ficava dentro de uma caixa, onde a própria professora denominou como “caixa mágica”.

Dessa forma, podemos perceber, na resposta da professora, que sua prática pedagógica está condizente com as orientações encontradas nos documentos da SEDF. Faria e Mello (2012) afirmam que um ambiente infantil necessita da diversidade das atividades pedagógicas desenvolvidas em sala para estimular a fala social, a organização do pensamento e o gosto de viajar na imaginação por meio da leitura.

Essas simples atitudes são aplicadas, diariamente, na sala de aula da professora entrevistada, por meio de momentos de atenção e envolvimento durante a leitura da história infantil e da solicitação de outras literaturas infantis. Para Brandão e Rosa (2011), a vivência em situações de aprendizagem diferentes, na Educação Infantil, possibilita o maior contato com língua verbal e proporciona ao educando o contato e o entendimento da finalidade da linguagem oral e escrita para o ato de comunicação entre os membros da sociedade.

Ainda, baseado em Brandão e Rosa (2011), a professora, ao contar histórias para as crianças, desenvolve a linguagem oral e escrita, sentimentos, imaginação, respeito, participação, socialização em grupo, acolhimento, memória auditiva e visual, dentre outros. Portanto, o ato de contar histórias é fundamental na Educação Infantil.

Pesquisadora: Como você percebe o envolvimento da família com o material escrito disponibilizado para a criança?

Professora: *“A família percebe a importância da sua participação para o desenvolvimento global do seu filho, porém, alguns pais apresentam uma falta de interesse e tempo em orientar a criança”*

O currículo da Educação Infantil (SEEDF, 2014) destaca que a aproximação da família X escola deve ser estreito, para interferir diretamente no processo de aprendizagem da criança. O ambiente escolar conta e precisa da participação da comunidade nos assuntos de interesse coletivo, o envolvimento da família fortalece o vínculo com a escola e o aluno gosta de perceber que sua família valoriza e apresenta interesse pelo seu estudo, ou seja, um envolvimento consciente nas atividades pedagógicas, promovidas pela escola, para influenciar na formação cultural do educando e na valorização do seu crescimento social.

Dessa forma, a participação e o incentivo da família devem ser constantes e presentes no cotidiano do aluno e no ambiente escolar. O currículo da Educação Infantil (SEEDF, 2014,

p. 66) “a escola não é o único lugar de aprendizagem para os bebês e crianças pequenas”. Sendo assim, cabe à família dividir com a escola a responsabilidade de educar e cuidar das crianças.

Pesquisadora: No momento da coordenação pedagógica, como são definidas práticas avaliativas para avaliar o desenvolvimento da linguagem oral e escrita dos alunos?

Professora: “Através das produções escritas individuais e coletivas, participação nas atividades educativas que envolvem a linguagem, na organização do pensamento, da fala, observação da evolução individual e os relatórios semestrais”.

As Diretrizes de Avaliação Educacional (SEEDF, 2014) declara que a coordenação pedagógica é o momento em que o professor pode dedicar o seu tempo para elaboração das aulas e avaliação das suas práticas pedagógicas, visando um aprimoramento das atividades educativas propostas em sala de aula.

Durante a coordenação pedagógica, o professor pode utilizar uma tarde para se dedicar à formação continuada para enriquecer a experiência profissional, mantendo-se atualizado e também em processo de aprendizagem (SEEDF, 2014).

O momento da coordenação pedagógica é a oportunidade da junção dos segmentos, para favorecer as relações interpessoais entre todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem e, também, a oportunidade do alcance de resoluções educativas que são decididas pelo grupo escolar.

Hoffmann (2014) afirma que o ato de avaliar as práticas avaliativas provoca uma reflexão nas atividades pedagógicas proposta em sala de aula e viabiliza o professor a oportunidade de avaliar as suas próprias ações educativas, e com isso, ajustar o que não favoreceu o processo de construção do conhecimento do educando. Portanto, é necessário que o professor analise, repense e refaça os ajustes nas atividades educativas, para promover um desenvolvimento global do aluno.

Pesquisadora: Você recebe apoio da coordenação pedagógica para elaborar atividades diversificadas que avaliem o desenvolvimento da linguagem oral e escrita dos seus alunos?

Professora: “Relativamente, sim! Porém, poderia ter melhor assistência do coordenador pedagógico em diversos momentos se não estivesse envolvido em outras funções”.

Os coordenadores pedagógicos das escolas desenvolvem funções que abrangem a responsabilidade de seu cargo. O tempo destinados à outras funções, para além da coordenação pedagógica, dificulta a atuação dos coordenadores junto aos professores,

retirando a atenção e o tempo que deveriam ser voltados para ajudar os professores em suas propostas pedagógicas.

Cabe ao coordenador pedagógico ter um conhecimento prático de sala de aula para explicar suas propostas para o grupo e, assim, acompanhar, orientar, propor, intervir e avaliar com os professores as escolhas das práticas avaliativas para serem observadas durante as atividades pedagógicas.

Dentre inúmeras funções do coordenador pedagógico, ele precisa ter uma postura de incentivador e acolhedor, para envolver os profissionais de educação em prol do envolvimento de todos nas atividades propostas pela escola, conduzindo um momento de troca e partilha de experiência entre professores e gestores. Assim, transformando o momento de coordenação pedagógica com um sentido significativo e real para os participantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa proporcionou uma nova percepção na avaliação da Educação Infantil de compreender como é realizada a avaliação do desenvolvimento da linguagem oral e escrita em uma turma do 2º período da Educação Infantil. Apresentando um olhar sensível para análise da evolução do aprendizado das crianças, respeitando o tempo de aquisição e singularidade de cada sujeito.

Nessa etapa do ensino, o importante no ato de avaliar não é a promoção para a entrada do Ensino Fundamental e, sim, um aprendizado significativo para o crescimento e o desenvolvimento social e cultural, ou seja, promover o conhecimento intelectual adquirido no ambiente escolar para a aplicação na vida cotidiana do aluno, favorecendo sua autonomia e a independência na conquista de novos e na manutenção das informações culturais.

O trabalho desenvolvido na Educação Infantil, na sala de aula pesquisada tem a intenção de promover o contato com a linguagem oral e escrita, por meio de atividades educativas, prazerosas para a percepção das funções linguísticas, nos mais variados gêneros textuais. Desta forma, a proposta pedagógica da interlocutora contribui para o desenvolvimento da prática comunicativa e, assim facilitar o desenvolvimento da linguagem oral e escrita, que irá favorecer às aprendizagens futuras e, conseqüentemente contribuir para uma atuação crítica e consciente na sociedade.

O aporte teórico utilizado para embasar a teoria e a prática pedagógica possibilitou o conhecimento dos documentos da Secretaria do Estado de Educação do Distrito Federal, e entre outros aspectos. A oportunidade de conhecer o material que rege as escolas públicas do Distrito Federal promoveu um real e significativo aprendizado necessários para o trabalho pedagógico.

A pesquisa de campo, realizada no ambiente público, facilitou compreender a orientação documental dada pela SEEDF com a realidade encontrada nas escolas. O estudo de caso, entrevista semiestruturada e observações foram fundamentais para a conclusão do estudo realizado sobre as práticas avaliativas, com vistas ao desenvolvimento da linguagem oral e escrita dos alunos.

O resultado desse estudo proporcionou o entendimento de que o processo avaliativo e de aprendizagem é necessário e fundamental para o alcance de transformações na formação de nossos alunos, visando propostas pedagógicas coerentes e adequadas para contribuir na valorização do aprender com significado. O educador deve ter clareza de sua responsabilidade e agir com consciência no momento de avaliar e observar a evolução do aluno.

Enfim, a prática avaliativa na Educação infantil deve promover um aprendizado para transformação da vida social e não preenchimento de fichas padrões sem ligação com o real valor do ato de aprender o uso da linguagem oral e escrita no cotidiano das crianças. Portanto, é necessário, na Educação Infantil, uma prática educativa condizente com uma formação crítica, criativa e participativa na língua verbal, para então termos alunos leitores e escritores dentro da sociedade atual.

REFERÊNCIAS

ARRIBAS, Teresa lleixá. **Educação Infantil: desenvolvimento, currículo e organização**. escolar. 5ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi. ROSA, Ester Calland e Sousa. **Ler e escrever na Educação Infantil: discutindo práticas pedagógicas**. 2ª edição- Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

BRASIL. Lei nº 9.394/1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. MELLO, Suely Amaral de. (orgs). **O mundo da escrita no universo da pequena infância**. 3ª Edição, revisada e ampliada. Campinas, SP: Associados, 2012 – Coleção polêmicas do nosso tempo, 93.

FERREIRO. Emilia. **Com todas as letras**. 9ª edição. São Paulo: Cortez, 2001.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Avaliação: caminhando pela contramão**. RJ: Vozes, 2014 – Coleção Fronteiras Educacionais.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: Mito e desafio: uma perspectiva construtiva**. 44ª edição. Porto Alegre, RS: Mediação, 2014.

_____. **Avaliação e Educação Infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. 20 edições. Porto Alegre: Mediação, 2015.

_____. **Avaliar para promover: as setas de um caminho**. 15ª edição-Porto Alegre: Mediação, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª edição – São Paulo: Atlas, 2002.

GODOI, Elisandra Girardelli. **Avaliação na Educação Infantil: um encontro com a realidade**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

SEEDF. **Currículo em Movimento da Educação Básica: Educação Infantil**. SEEDF, 2014.

SEEDF. **Diretrizes de avaliação educacional: aprendizagem, institucional e em larga escala**. SEDF, 2014.

SANT'ANNA. Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar? : critérios e instrumentos**. 10ª edição. Editora Vozes, 1995.

YIN, Robert K. **Estudo de casos: Planejamento e métodos**. Tradução: Daniel Grassi. 2ª edição – Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZABALA. Miguel A. **Qualidade em Educação Infantil**. Trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE 1



Roteiro de Entrevista com Professora da Educação Infantil - 2º Período - Matutino

Objetivo geral: Compreender como é realizada a avaliação do desenvolvimento da linguagem oral e escrita em uma turma do 2º período da Educação Infantil.

Objetivos específicos:

- ✓ Identificar as práticas avaliativas utilizadas para avaliar o desenvolvimento da linguagem oral e escrita de uma turma do 2º período da Educação Infantil;
- ✓ Analisar como se dá participação da coordenação pedagógica na elaboração de atividades pedagógicas que avaliam o desenvolvimento da linguagem oral e escrita dos alunos na Educação Infantil.

1. Qual é a sua formação acadêmica?
2. Quanto tempo de docência na SEDF?
3. Quantos anos de regência em Educação Infantil?
4. Você já realizou cursos que contribuíram para a sua prática pedagógica?
5. Qual é a sua percepção sobre a língua verbal de seus alunos?
6. O que você realiza em sala de aula para incentivar as crianças a lerem?
7. Como você percebe o envolvimento da família com o material escrito disponibilizado para a criança?
8. No momento da coordenação pedagógica, como são definidas práticas para avaliar o desenvolvimento da linguagem oral e escrita dos alunos?
9. Você recebe apoio da coordenação pedagógica para elaborar atividades diversificadas que avaliam o desenvolvimento da linguagem oral e escrita de seus alunos?
10. Como estimula seu aluno a gostar de ler e escrever?

APÊNDICE 2



Roteiro de observação da turma da professora de Educação Infantil - 2º Período.

Objetivo geral: Compreender como é realizada a avaliação do desenvolvimento da linguagem oral e escrita em uma turma do 2º período da Educação Infantil.

Objetivo específico:

- ✓ Identificar as práticas avaliativas utilizadas para avaliar o desenvolvimento da linguagem oral e escrita de uma turma do 2º período da Educação Infantil.
1. Como as crianças são acolhidas desde o pátio da escola até a sala de aula;
 2. Organização do espaço/tempo para o desenvolvimento das atividades propostas (dentro e fora da sala de aula);
 3. Dinâmica de organização da sala de aula com os alunos;
 4. Como a professora promove a oralidade e a escrita das crianças em sala de aula;
 5. Qual é a reação das crianças diante do estímulo da linguagem;
 6. Quais os procedimentos e instrumentos avaliativos adotados durante a aula;
 7. Como a professora avalia o desenvolvimento da linguagem oral e escrita dos alunos;
 8. Qual a interação da criança com o material escrito em sala de aula; Apresenta algum interesse? Como?
 9. Outros aspectos relacionados à prática avaliativa da professora referentes às aprendizagens dos alunos;
 10. A professora avalia algum aspecto específico da aprendizagem dos alunos?

APÊNDICE 3



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO

Eu _____, abaixo assinado, declaro ter sido informado(a), de forma clara e objetiva, que a pesquisa “**A avaliação do desenvolvimento da linguagem oral e escrita na Educação Infantil**” tem como objetivo central “**Compreender como é realizada a avaliação do desenvolvimento da linguagem oral e escrita em uma turma do 2º período da Educação Infantil**”. Consinto a observação do meu trabalho em sala de aula pela pesquisadora **Giorgia Edrysse Paixão de Queiroz**. Estou ciente de que os dados coletados por meio dessa observação terão caráter confidencial e serão utilizados como material de reflexão para o seu Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização, podendo vir a ser utilizados também em trabalhos acadêmicos decorrentes da pesquisa. Concordo com o uso de um pseudônimo, no intuito de resguardar o meu anonimato como participante da pesquisa. Receberei informações sobre o estudo, as quais poderão ser obtidas, também, pelo endereço giorgiapaixao@gmail.com. Foi-me esclarecido que o resultado da pesquisa somente será divulgado para atender a objetivos científico-acadêmicos, mantendo a minha identidade em sigilo. E por estar de pleno acordo, com os termos ajustados e mencionados, assinamos o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito.

Brasília - DF, _____ de _____ de _____.

Interlocutor(a) da pesquisa

Responsável pela pesquisa

APÊNDICE 4



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO

Eu _____, abaixo assinado, declaro ter sido informado(a), de forma clara e objetiva, que a pesquisa “**A avaliação do desenvolvimento da linguagem oral e escrita na Educação Infantil**” tem como objetivo central “**Compreender como é realizada a avaliação do desenvolvimento da linguagem oral e escrita em uma turma do 2º período da Educação Infantil**”. Consinto a gravação da entrevista semiestruturada pela pesquisadora **Giorgia Edrysse Paixão de Queiroz**. Estou ciente de que os dados coletados nessa entrevista terão caráter confidencial e serão utilizados como material de reflexão para o seu Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização, podendo vir a ser utilizados, também, em trabalhos acadêmicos decorrentes da mesma. Concordo com o uso de um pseudônimo, no intuito de resguardar o meu anonimato como participante da pesquisa. Receberei informações sobre o estudo, as quais poderão ser obtidas também pelo endereço giorgiapaixao@gmail.com. Foi-me esclarecido que o resultado da pesquisa somente será divulgado para atender a objetivos científico-acadêmicos, mantendo a minha identidade em sigilo. E por estar de pleno acordo, com os termos ajustados e mencionados neste termo, assinamos o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito.

Brasília - DF, _____ de _____ de _____.

Interlocutor(a) da pesquisa

Responsável pela pesquisa

APÊNDICE 5



AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

Eu, _____ diretor, responsável por esta unidade escolar, autorizo **Giorgia Edrysse Paixão de Queiroz** realizar pesquisa nesta escola para elaboração de seu trabalho de conclusão de curso de Especialização em Coordenação Pedagógica no corrente ano, desde que sejam esclarecidos aos participantes os objetivos e os procedimentos da pesquisa.

Será possibilitado à pesquisadora o acesso a esta instituição nos momentos de trabalho pedagógico, não sendo permitida a sua interferência no desenvolvimento das atividades sem que lhe seja solicitado.

Concordo com a publicação dos resultados da pesquisa em questão, desde que não sejam utilizadas informações em prejuízo às pessoas envolvidas e/ou a Instituição, bem como sejam mantidos o sigilo e o anonimato da escola e dos interlocutores, se assim desejarem.

Brasília, ____ de _____ de 2015.

Assinatura do(a) Gestor(a) da Unidade Escolar